

Jornal em formato newsletter AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior

Este Boletim é financiado pelo Fundo Florestal Permanente

NOVEMBRO 2010



Associação de Produtores Florestais da Beira Interior

EDITORIAL

A AFLOBEI participou em finais de Agosto numa iniciativa que juntou, pela primeira vez, as Entidades Gestoras de Zonas de Intervenção Florestal. Em debate estiveram os constrangimentos que frustram os esforços dos proprietários florestais para concretizar, no terreno, os objectivos das ZIF. Assinalamos esta reunião por caber justamente às Entidades Gestoras e proprietários privados executar os modelos de gestão florestal concebidos pelo Estado Português. Alhearmo-nos desta mecânica é persistir nas barreiras - burocráticas e legais no investimento – que limitam a eficácia da estratégia nacional para as florestas.

Cinco anos depois de iniciar os primeiros processos de constituição das ZIF, a AFLOBEI prevê finalmente iniciar os trabalhos no terreno, no final deste ano. Durante estes anos temos partilhado da frustração dos proprietários florestais perante a complexidade do processo, mas todos soubemos manter o rumo. convictos de que as ZIF são um instrumento útil à floresta nacional.

Para desenvolver obra nas ZIF, os apoios ao investimento do PRODER são fundamentais. Tal é verdade quer para a prevenção aos incêndios florestais quer para a valorização das explorações. A AFLOBEI elaborou, até à data, cerca de 60 candidaturas, das quais 29 estão já aprovadas. O balanço é positivo. Não obstante, preocupamnos os muitos produtores sem condições para investir na sua floresta - o risco é substancial, o retorno é a médio ou longo prazo, e os benefícios, esses, são para toda a sociedade.

A DIRECÇÃO

DESTAQUES

- ■Zonas de Intervenção Florestal
- **■**Certificação Florestal
- ■ZIF Monforte da Beira Malpica do Tejo
- **■ZIF Penha Garcia**
- ■ZIF Castelo Branco
- ■Projecto Terraprima
- **■PRODER**

Foi ainda em 2005, poucos meses após a regulamentação das Zonas de Intervenção Florestal (Decreto-Lei 127/2005, alterado pelo Decreto-Lei n.º 15/2009 de 14 de Janeiro), que a AFLOBEI iniciou o processo de criação de ZIF. Cinco anos depois, e apesar de tudo ter sido feito para avançar o processo, só agora é possível começar a concretizar no terreno os objectivos das ZIF. Porquê?



Os proprietários florestais corresponderam ao desafio das ZIF e uniram-se, por todo o país, em torno do novo modelo de gestão e intervenção nos espaços florestais. 128 Zonas de Intervenção Florestal (um universo de 600 mil hectares) foram já criadas em Portugal, com o objectivo de desenvolver as bases para um melhor ordenamento do espaço florestal, de forma integrada e estruturante, promovendo a gestão activa daquelas áreas. Os objectivos são louváveis, porém, o processo e os apoios ao investimento não são os mais adequados, face à realidade dos proprietários florestais e da floresta portuguesa.

As primeiras ZIF promovidas pela AFLOBEI foram constituídas em 2008, após longo processo burocrático. Estão hoje criadas sete ZIF, seis localizadas no concelho de Castelo Branco e uma no concelho de Idanha-a-Nova, São, no total, 62 mil hectares de ZIF, correspondentes a 409 aderentes.

N.º ZIF: 7

Área total de ZIF: 62.008.32 ha Área Total Aderente: 40,163 ha Total de Aderentes: 409

Constituição das ZIF é um meio, não um fim!

A constituição das ZIF é apenas o ponto de partida para as alterações que se pretendem introduzir na gestão e uso do território. Se os seus objectivos não forem executados no terreno, de nada serve o esforço já despendido na sua constituição pelo Estado, proprietários florestais e Entidades Gestoras das 7IF.

A AFLOBEI participou no 1º Encontro Nacional de Entidades Gestoras de ZIF, onde, a partir da sua experiência, expôs constrangimentos e propostas para o futuro das ZIF, em conjunto com outras 104 Entidades Gestoras.

Concluiu-se que, para garantir a continuidade das ZIF, é necessário que as entidades que tutelam o sector florestal compreendam as dificuldades e limitações de quem tem de executar no terreno os seus objectivos. Nesse sentido, a criação de um observatório permite acompanhar melhor os processos de criação e funcionamento das ZIF.

A ZIF tem de motivar os seus aderentes, evitar a frustração e a desconfianca.

Os constrangimentos ao desenvolvimento do processo estão presentes na criação e no funcionamento das ZIF,

assim como no apoio ao investimento. O processo carece de agilidade e melhor adaptação às reais necessidades da floresta e dos proprietários florestais, de modo a viabilizar o investimento efectivo no sector.

É importante, também, promover a execução do cadastro simplificado, mediante protocolos ou parcerias com as Entidades Gestoras.

Devem ainda ser clarificadas as responsabilidades dos proprietários não aderentes às ZIF, situação que remete para a fragilidade jurídica ainda associada à figura da ZIF.



Apoio ao investimento desadequado

A constituição e funcionamento das Zonas de Intervenção Florestal é apoiada pelo Fundo Florestal Permanente (FFP), um instrumento financeiro fundamental para o financiamento dos recursos necessários à actividade das ZIF. O processo é moroso e, em ocasiões, incoerente no financiamento, criando limitações para as entidades beneficiárias.

Já a intervenção dentro das ZIF é apoiada sobretudo pelo PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural. No entanto, as medidas de apoio são desadequadas, e muitos proprietários florestais são incapazes de suportar a comparticipação que lhes é exigida. Com efeito, o investimento na beneficiação e valorização dos povoamentos florestais é pouco viável para os principais destinatários das ZIF, designadamente os pequenos proprietários.

Sublinhe-se que o nível de apoio a candidaturas a acções dentro das ZIF é pouco majorado face a proprietários que se candidatem individualmente, e, por vezes, inexistente. Existem acções que prevêem apoios a 100% (relacionadas sobretudo com os incêndios florestais), porém o arrastamento burocrático dos processos dificulta a intervenção atempada nos espaços.

PGF simplifica realmente?

Os Planos de Gestão Florestal são uma obrigação legal para propriedades florestais com mais de 25 hectares, e na submissão de candidaturas aos apoios ao investimento florestal do PRODER. Os proprietários florestais aderentes às ZIF têm a tarefa facilitada, pois estas, através da sua Entidade Gestora, elaboram um PGF que é válido para toda a área aderente.

Contudo, não se verifica na prática a simplificação prevista para os PGF elaborados no âmbito das ZIF. As normas técnicas são burocráticas e pouco claras; os requisitos processuais não favorecem, significativamente, os PGF das ZIF face aos PGF de proprietários individuais.

Planos de Defesa da Floresta

Foram elaborados PDF para quatro ZIF (Monforte da Beira-Malpica do Tejo; Sarzedas-Magarefa; Penha Garcia; Sarzedas-Estacal), aprovados tacitamente, e um Plano Específico de Intervenção Florestal elaborado para a ZIF de Castelo Branco (elemento que substitui o PDF nas ZIF mais recentes), ainda sem aprovação.

Certificação Florestal como destino das ZIF

A certificação florestal pode considerar-se uma evolução dos objectivos propostos pelas Zonas de Intervenção Florestal. A própria regulamentação das ZIF prevê a atribuição de prémios a um processo que venha a obter a certificação da gestão florestal sustentável da ZIF.

Fundamentalmente, a certificação florestal possibilita a implementação de uma boa gestão florestal no terreno, e fornece um mecanismo que permite ao mercado comprar e promover produtos florestais provenientes de fontes bem geridas. Assim, a certificação da qualidade da gestão florestal é uma vantagem competitiva em mercados globais e exigentes.

Para o espaço florestal, os benefícios são também consideráveis, pois a certificação dá resposta às preocupações ambientais e sociais da sociedade sobre a floresta, e é benéfica para a manutenção e aumento da biodiversidade e outros valores ecológicos.

Embora nem todas as ZIF evoluam para a certificação da gestão florestal, são neste momento uma forma de agilizar o processo de certificação, que mais tarde poderá ser imprescindível para a competitividade da floresta portuguesa.



Numa fase em que a certificação florestal está ainda a dar os primeiros passos em Portugal, a AFLOBEI promoveu a criação de um grupo de gestão florestal, denominado CERTIBEI. A constituição deste Grupo teve como principal objectivo a implementação de um Sistema de Gestão Florestal Sustentável na área sob sua gestão, no âmbito dos esquemas de certificação florestal PEFC (Programe for the Endorsement of Forest Certification Schemes) e / ou FSC (Forest Stewardship Council).

No total, o processo de certificação florestal integra nove proprietários aderentes, com um total de 9.405 hectares. A área a certificar tem como espécies principais o pinheiro bravo, o sobreiro e o eucalipto.

Entre os produtos destacam-se a madeira de pinheiro bravo, a cortiça, a madeira de eucalipto, carvalho sp., freixo e cupresso, a pinha, os cogumelos e a caça.

Pode saber mais sobre certificação florestal e o Grupo Certibei no *sit*e da AFLOBEI, em www.aflobei.pt.

PORQUÊ DESENVOLVER E IMPLEMENTAR O SGF CERTIBEI?

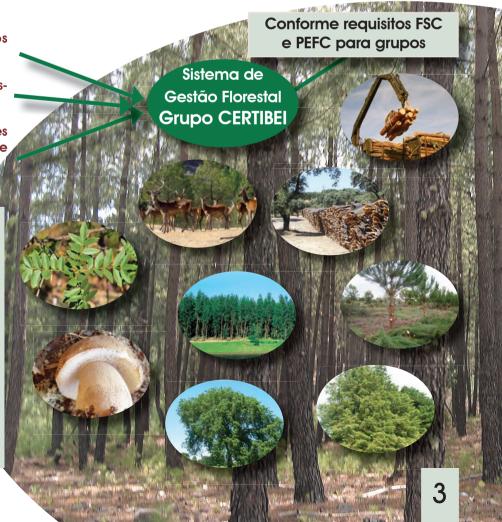


• Para implementar e demonstrar uma boa gestão florestal

 Para responder às crescentes exigências do mercado de produtos florestais

Fundo Florestal Permanente financia certificação

O Fundo Florestal Permanente vai apoiar a criação de Sistemas de Certificação da Gestão Florestal e a adesão a sistemas já existentes, a partir de uma área mínima elegível de 750 hectares. O primeiro período de apresentação de candidaturas encerrou em Outubro, o segundo decorrerá entre 3 de Janeiro e 15 de Fevereiro de 2011.



Folka Florestal Felha Florestal www.allobei.pt

www.oflobei.pf

A ZIF Montarte da Beira / Malpica do Tejo foi constituida em 2008 (Portaria n.º 360/2008 de 12 de Maio), com uma área de 34.090,58 hectares. A AFLOSEI, enquanto entidade gestora da ZIF, submeteu candidaturas ao PRODER - Programa de Desenvalvimento Rural, que visam intervencionar a vários níveis as áreas de aderentes. Indicamos as acções já aprovadas:

- 1.3.1 Melhoria Produtiva dos Pavaamentos
- 2.2.2.1 Recuperação do Potencial Produtivo
- 2.3.3.1 Promoção do Valor Ambiental dos Espaços Florestais
- 2.3.3.2 Protecção Contra Agentes Bióticos Nacivos
- 2.4.8 Intervenção Territorial Integrada Tejo Internacional
- Componente Silvo-Ambiental

- Melhoria Produtiva dos Povoamentos .

Objectivos:

- · Beneficiar povoamentos instalados, com vista ao aumento da sua produtividade:
- · Produzir materiais florestais de reprodução de qualidade:
- · Promover a valorização econômica de subprodutos e residuos florestais:
- · Melhorar e garantir as funções económica, ambiental e social proporcionadas pelas florestas, no quadro da gestão florestal sustentável.

Área de Intervenção: 342 ha

Beneficiação de Rede Viária Florestal: 8,3 km

2.3.2.1 - Recuperação do Potencial Produtivo

Objectivos

- Restabelecer o potencial de produção silvicola das áreas afectadas pela ocorrência de incêndios ou de agentes bióticos nocivos na sequência de incêndios e promover a conservação do solo e da água, através de intervenções de estabilização de emergência após incéndio:
- Reardenar, reconverter e relocalizar espécies florestais. visando o aumento da sua produtividade:
- Introduzir medidas de prevenção associadas aos povoamentos florestais, ao nível da rede de infraestruturas a recuperar ou a instalar. Área de Intervenção: 96,43 ha

Construção de Rede Divisional: 6,59 km Beneficiação de Rede Viária Florestal: 7,22 km

Instalação de Cercas: 3,44 km



CARACTERIZAÇÃO DA ZIF MONFORTE DA BEIRA-MALPICA DO TEJO

Portaria: 300/2008 de 12 de Maio Åren de ZIF 34.000,58 ha N.º de Adesentes: 40 Área Aderente: 21.854 ha Ârea Não Adesente: 12,236 ha Espécies Predominantes: Azinheira e Sobreiro (53% da área)

2.3.3.1 - Promoção do Valor Ambiental dos Espacos Florestais

- Aumentar o carácter público das florestas, promovendo a oferta de bens e serviços sem retorno económico proparcionados pelos ecassistemas florestais, maximizando as suas funções ambientais e sociais:
- Contribuir para atenuar os efeitos das alterações climáticas, melhorar a biodiversidade, minimizar os efeitos da erosão dos solos e proteger as recursos hidricas. Área de intervenção: 2 km

2.3.3.3 - Protecção Contra Agentes Biólicos Nocivos

Objectivos:

- Promover o melhoramento do ecossistema e maximizar as suas funções sociais e ambientais;
- Recuperar montados do sobro e azinho:
- *Minimizar os efeitos da erosão dos solos, através de culturas melhoradoras do solo e abertura de valas de drenagem.

Área de Intervenção: 2.870 ha

2.4.8 - Intervenções Territoriais Integradas Tejo Internacional (I.T.I.) - Componente Silvo-**Ambiental**

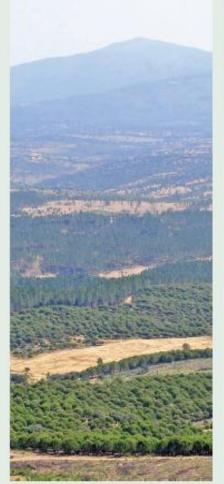
- Conservar ou alargar espaços florestais com valor ecológico e biológico, tavorecer as ciclos naturais;
- Preservar habitats e espécies florísticas e faunisticas

Área de Intervenção: 300 ha (150 ha de bosquetes e 150 ha de corredores ecológicos).

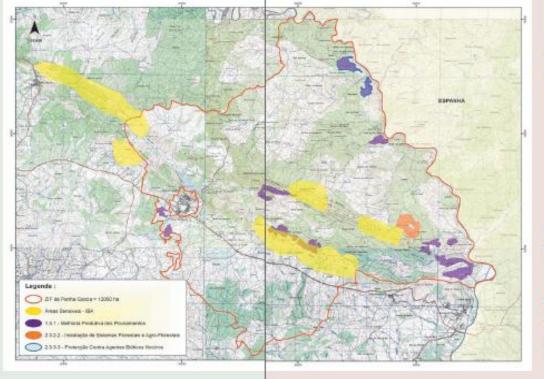


A ZIF Penha Garcia foi constituída em 2008 (Portaria n.º 361/2008 de 12 de Maio), com uma área de 12.049.7 hectares. A AFLOBEL enquanto entidade gestora da ZIF, submeteu candidaturas ao PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural, que visam intervencionar a vários niveis as áreas de aderentes. Indicamos as acções já aprovadas:

- 1.8.1 Melhoria Produtiva das Pavoamentos
- 2.3.2.2 Instalação de Sistemas Florestais e Agro-Florestais
- 2.8.8.8 Protecção Contra Agentes Bióticas Nacivos







CARACTERIZAÇÃO DA ZIF PENHA GARCIA

Parlaria: 361/2008 de 12 de Maio Área de ZIF: 12.049.7 ha N.º de Aderentes: 76 Área Aderente: 0.770 ha Área Não Aderente: 2,271 ha

Espécies Predominantes: Espécies Predominantes: Pinheiro Bravo (60% da área ZIF); existem muitos povoamentos mistos de Pinheiro Bravo, Castanheiro

1.3.1 - Melhoria Produtiva dos **Povoamentos**

Objectivos:

- · Beneficiar povoamentos instalados, com vista ao aumento da sua produtividade;
- · Produzir materiais florestais de reprodução de
- Promover a valorização econômica de subprodutos e residuos florestais;
- · Melhorar e garantir as funções econômica, ambiental e social proporcionadas pelas florestas, no quadro da gestão florestal sustentável. Área de Intervenção: 316 ha

Construção de Rede Divisional: 1,0 km Beneficiação de Rede Divisional: 510,07 m Construção de Rede Viária Florestal: 1,2 km Beneficiação de Rede Viária Florestal: 19,1 km

2.3.2.2 - Instalação de Sistemas Florestais e de Sistemas Agro-Florestais Objectives:

- · Reordenar e relocalizar espécies florestais. visando o aumento da sua produtividade;
- · Aumentar e diversificar a aferta de produtos florestais de qualidade:
- Introduzir medidas de prevenção associadas aos pavoamentos florestais, ao nível da rede de intraestruturas a recuperar ou a instalar.

Area de intervenção: 61,44 ha Construção de Rede Divisional: 4 km Beneficiação de Rede Viária Florestal: 2,4 km

Instalação de Cercas: 4,75 km

2.3.3.3 - Protecção Contra Agentes Bióticos Nocivos

- Promover o melhoramento do ecossistema e maximizar as suas funções sociais e ambientais;
- Recuperar montados de sobro e azinho:
- Minimizar os efeitos da erosão dos solos, através de culturas melhoradoras do salo e abertura de valas de drenagem
- Área de Intervenção: 55,38 ha

www.atobilist Folha Florestal Folha Florestal www.atobilist Santa Florestal www.atobilist Folha Florestal www.atobilist Flores

Novembro 2010

A ZF Castelo Branco foi constituida em 2009 (Despacho n.º 1 632/2009 de 21 de Julho), com uma drea de 10.614 hectares. A AFLOSEI, enquanto emidade gestora da ZIF, submeteu candidaturas ao PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural. Uma vez que não existem candidaturas aprovadas para esta ZIF, indicamos as candidaturas em análise:

1.1.1 - Melhoria Produtiva dos Povoamentos

2.3.1.1 - Defesa da Floresta Contra Incândios

2.3.2.2 – Instalação de Sistemas Florestais e Agro-Florestais

2.3.3.1 — Promoção do Valor Ambiental dos Espaços Florestais

1.3.1 – Melhoria Produtiva dos Povoamentos

Objectivos:

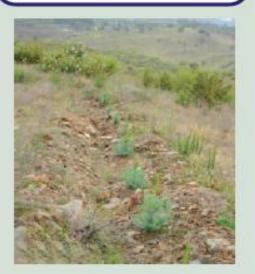
- Beneficiar povoamentos instalados, com vista ao aumento da sua produtividade;
- Produzir materiais florestais de reprodução de qualidade;
- Promover a valorização econômica de subprodutos e residuos florestais:
- Melhorar e garantir as funções econômica, ambiental e social proporcionadas pelas florestas, no quadro da gestão florestal sustentável.

Área de Intervenção: 778 ha

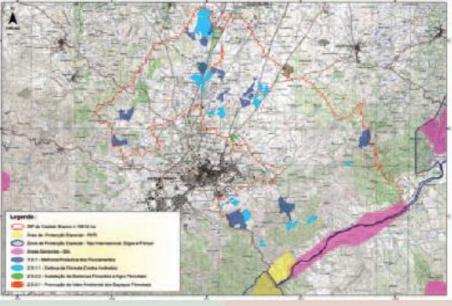
Construção de Rede Divisional: 31,37 km

Beneficiação de Rede Vidria Florestat: 40,41 km

Instalação de Cercas: 13,17 km







CARACTERIZAÇÃO DA ZIF CASTELO BRANCO

Despeche; 16822/2009 de 21 de Julho Área de ZIF 10.614 ha N.º de Adesentes: 29

Área Aderente: 5.733 ha Área Não Aderente: 4.661 ha

Espácies Predominantes: Eucalipto (39% da drea ZIF) e Sobreiro (18%)

2.3.1.1 – Defesa da Floresta Contra Incêndios

I I CI I LII

Objectivos:

- Aumentar a resistência e resiliência dos espaços florestais aos incêndios;
- Reduzir a incidância dos incândios florestais e infraestruturar o território.

Area de intervenção: 329 ha

Beneficiação de Pontos de Água: 3

Beneficiação de Rede Videa Florestat: 3,5 km

2.3.2.2 – Instalação de Sistemas Florestais e de Sistemas Agro-Florestais

Objectivos:

- Reordenar e relocalizar espécies florestais, visando o aumento da sua produtividade;
- Aumentar e diversificar a oferta de produtos florestais de qualidade:
- Introduzir medidas de prevenção associadas aos povoamentos liorestais, ao nível da rede de infra-estruturas a recuperar ou a instalar.

Area de intervenção: 8,15 ha

Construção de Rede Divisionat: 1,3 km Beneficiação de Rede Vidria Florestat: 253 m.

2.3.3.1 — Promoção do Valor Ambiental dos Espaços Florestais

Maintenance Income

- Aumentar o carácter público das florestas, promovendo a oferta de bens e serviços sem retorno econômico proporcionados pelos ecossistemas florestais, maximizando as suas funções ambientais e sociais;
- Contribuir para afenuar os efeitos das afferações climáticas, melharar a biodiversidade, minimizar os efeitos da erasão das solas e profeger os recursos hidricos.

Area de intervenção: 2,8 km

8 9



Projecto Terraprima remunera sequestro de carbono

O Projecto Terraprima - Fundo Português de Carbono 2010 está a aceitar pré-inscrições de agricultores que queiram aderir a este projecto inovador, que remunera o sequestro de carbono em pastagens permanentes semeadas biodiversas ricas em leguminosas (PPSBRL), a instalar em 2010. Ao semearem novas áreas deste sistema de pastagens com grande capacidade de sequestro de CO₂, os agricultores são premiados pelo carbono sequestrado.

Fundo Português de Carbono

O Projecto Terraprima foi um dos vencedores do concurso aberto pelo Fundo Português de Carbono para iniciativas com potencial de redução de carbono. É destinado à sementeira de áreas novas de PPSBRL em sequeiro e regadio (não são permitidas re-sementeiras), sendo que os agricultores que instalem e mantenham estas pastagens serão premiados anualmente pelo sequestro de carbono até 2012.

Vantagens

O prémio para instalação e manutenção de PPSBRL é recebido a partir dos 2 hectares, e é acumulável com outros apoios no âmbito do PRODER.

Quanto maior for a área total semeada em cada ano, maior será o pagamento por hectare a cada agricultor (é garantido acompanhamento técnico).

Caso sejam atingidos 21 mil hectares por ano, prevêem-se os seguintes pagamentos:

Valor Total do Prémio (Ano de Instalação 2010)

Até 150€/ha, divididos em partes iguais (75 €) pelos anos de 2011 e 2012



Maior área ardida desde 2005

Findado o período crítico do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, Portugal regista em 2010 a maior área ardida dos últimos anos, desde 2005. O mês de Agosto concentrou 90 mil hectares dos quase 129 mil ardidos até 15 de Outubro.

Castelo Branco não esteve entre os distritos mais afectados, contabilizando 1.253 hectares de floresta ardida e 274 ocorrências (57 incêndios florestais e 217 fogachos – fogos com área ardida inferior a 1 ha) do total de 21.424 ocorrências nacionais (3.750 incêndios e 17.674 fogachos).

Dos 182 grandes incêndios considerados pela AFN - Autoridade Florestal Nacional (designação para área ardida igual ou superior a 100 hectares), três ocorreram nos concelhos da Covilhã, Fundão e Penamacor.

No que se refere ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais mobilizado para a região, durante a "Fase Charlie", a mais crítica do combate aos incêndios, estiveram integrados no distrito de Castelo Branco 706 elementos, sete meios aéreos e 141 viaturas.

Sublinhe-se ainda que mais de 50% das ocorrências cuja causa foi investigada e apurada pela GNR, até ao momento, resultaram de negligência por uso do fogo (queimas, queimadas, fogueiras, cigarros, entre outras).

Venha apanhar cogumelos!

óptimos pretexto para agradáveis passeios pelas paisagens naturais da nossa região.

A AFLOBEI está a promover três passeios micológicos que irão decorrer em Novembro. A saber: dia 13 em Proença-a-Nova; 14 em Penha Garcia; e 27 em Almaceda.

Aproveite estas oportunidades para conhecer melhor este importante (e saboroso!) recurso natural, que usufrui de um excelente potencial de desenvolvimento nos campos da Beira Baixa.

Para mais informações sobre os passeios, contacte a AFLOBEI.



CANDIDATURAS DA AFLOBEI **AO PRODER**

Até à data, a AFLOBEI prestou apoio técnico na elaboração de 59 candidaturas ao PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural. Dessas candidaturas, 29 estão já aprovadas e as restantes aguardam decisão.

ACÇÕES	AFLOBEI	ASSOCIADOS	TOTAL
1.3.1 – Melhoria Produtiva dos Povoamentos	6 (2)	7 (3)	13 (5)
1.3.2 – Gestão Multifuncional	1 (1)		1 (1)
1.6.4 - Modernização dos Regadios Colectivos e Tradicionais		2 (0)	2 (0)
2.3.1.1 – Defesa da Floresta Contra Incêndios	6 (0)		6 (0)
2.3.2.1 – Recuperação do Potencial Produtivo	1 (1)	2 (2)	3 (3)
2.3.2.2 – Instalação de Sistemas Florestais e Agro-Florestais	2 (1)	4 (1)	6 (2)
2.3.3.1 – Promoção do Valor Ambiental dos Espaços Florestais	6 (2)	8 (2)	14 (4)
2.3.3.3 – Protecção Contra Agentes Bióticos Nocivos	2 (2)	1 (1)	3 (3)
2.4.8 – Intervenção Territorial Integrada Tejo Internacional – Componente Silvo-Ambiental		9 (9)	9 (9)
3.1.1 — Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola		1(1)	1 (1)
4.3.1.1 – Desenvolvimento de serviços de aconselhamento	1 (1)		1 (1)
TOTAL	25 (10)	34 (19)	59 (29)

Legenda: Candidaturas submetidas (candidaturas aprovadas)

Períodos de candidaturas ao PRODER		
1.1.2 - Investimentos de Pequena Dimensão	Até 15 de Dezembro de 2010	
1.1.3 – Instalação de Jovens Agricultores	Até 31 de Dezembro de 2010	
4.1 - Cooperação para a Inovação	Até 30 de Dezembro de 2010	
1.3.2 - Gestão Multifuncional	A partir de 1 de Outubro de 2010	
1.3.3 - Modernização e Capacitação das Empresas Florestais	A partir de 1 de Outubro de 2010	
2.4 – I.T.I Componente Investimentos Não Produtivos	Até 25 de Janeiro de 2011	
2.2.3.2 - Conservação e Melhoramento dos Recursos Genéticos - Componente Animal	Até 1 de Fevereiro de 2011	
4.2.1 - Formação Especializada para Efectivos das Empresas	Até 31 de Janeiro de 2011	
3.4 - Cooperação LEADER para o Desenvolvimento	De 1 a 10 de Novembro de 2010 e sucessivamente nos primeiros 10 dias de cada mês	



Alterações nos regulamentos

A regulamentação das medidas do PRODER foi alterada com o intuito de flexibilizar e simplificar a execução do programa (Portaria n.º 814/2010, de 27 de Agosto).

Para os proprietários florestais, a principal novidade reside na alteração das condições de elegibilidade aos apoios, que permitem agora candidaturas de áreas de 5 hectares face aos 25 hectares mínimos definidos nos regulamentos anteriores. Nesse sentido, o Decreto-Lei n.º 114/2010, de 22 de Outubro, estabelece que as candidaturas apresentadas para áreas inferiores a 25 ha podem ser instruídas com um Plano de Gestão Florestal simplificado.

AFLOBEI com nova cara na Internet

A AFLOBEI remodelou o seu site de Internet (www.aflobei.pt), que está agora com uma apresentação mais agradável e uma navegação mais intuitiva. O site disponibiliza informação sobre as actividades e servicos desenvolvidos pela AFLOBEI, e ainda conteúdos de interesse sobre o sector florestal e agro-florestal, como legislação, notícias e eventos.

Foi criada uma área reservada para os associados da AFLOBEI, com acesso a conteúdos exclusivos, que optimiza a comunicação com a Associação. Os associados deverão contactar a AFLOBEI para serem registados no site e acederem a esses conteúdos.

Também os aderentes das Zonas de Intervenção Florestal contam com um espaço restrito, que em breve terá ainda mais informação disponível sobre as ZIF geridas pela AFLOBEI.

Por fim, o site disponibiliza ainda informação sobre o Grupo de Certificação Certibei, incluindo uma área reservada apenas aos aderentes.

Toda a informação é actualizada com regularidade. Descubra as novidades e não hesite em dar-nos a sua opinião!



Recursos hídricos para regularizar até 15 de Dezembro

O prazo para regularização da utilização dos recursos termina dia 15 de Dezembro de 2010. Até à data, a AFLOBEI já prestou apoio em cerca de 90 processos, nos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Vila Velha de Ródão e Covilhã.

É necessário título de utilização para captação de águas subterrâneas (furos, poços, minas, etc) com meios de extracção superiores a 5 cv; barragens e algumas charcas; e decargas de águas residuais no solo (fossas).

Os proprietários que não regularizarem os recursos hídricos, nos casos em que a leaislação o obriga, ficam sujeitos a coima.



Preços Indicativos dos Produtos Florestais

(Variáveis consoante a origem e qualidade do produto)



Ficha Técnica

Propriedade: AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior

Edição e Grafismo: Jornal do Fundão Editora, Lda.

Logótipo: RVJ Editores, Lda. • Impressão: Freela – Artes Gráficas

Tiragem: 13.000 exemplares

Este Suplemento faz parte integrante da edição do «Jornal do Fundão» do dia 04 de Novembro de 2010 e não pode ser vendido separadamente

Contactos

Morada: Av. General Humberto Delgado, 57 - 1.°

6000-081 Castelo Branco Telef.: 272 325 741

Fax: 272 325 782 Email: aflobei@aflobei.pt Site: www.aflobei.pt

Torne-se nosso associado!